

## Resumo das Ocorrências

De modo a referendar a importância desse Projeto, descreve-se, a seguir, o resumo das ocorrências das edições realizadas:

**1ª Edição:** RA/MP 9 - Sudeste I, RA/MP 11 - Sudeste III e RA/MP 12 - Sudeste IV.

De forma geral, os Promotores de Justiça demandaram, nas reuniões de trabalho, questões como a criação de Polos, a construção de sede própria e veículos. Na questão de pessoal, levantaram a necessidade de serviços gerais para limpeza dos imóveis, motoristas e oficiais de serviço auxiliar para a entrega de notificações e militar para fazer a segurança. A mobilidade na carreira e a promoção de concurso público para membros e servidores do Ministério Público do Estado também foram temas debatidos nos encontros.

**2ª Edição:** RA/MP 15 - Baixo Amazonas.

Preenchimento urgente dos cargos das Promotorias de Justiça da região; reestruturação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa; informações sobre o andamento da obra de construção da nova sede do MP em Santarém; avaliação da segurança dos prédios do MP, com apresentação de projeto de segurança pelo gabinete militar; criação de cargos de assessor para as Promotorias de Justiça de 2ª Entrância; e formação de equipe interdisciplinar no polo Baixo Amazonas, entre outras providências.

Além das demandas, foi feita exposição pelo Procurador-Geral de Justiça sobre a atuação da Administração Superior nos últimos seis meses, desde a sua nomeação e posse como Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, em 10 de abril de 2013.

Destacam-se no balanço à criação de Grupos Especiais, como o Grupo de Atenção Especial na Saúde (GAES) e o Grupo de Atuação Especial no Transporte (GAET), com interface nas promotorias no interior, cumprindo, assim, as metas do Programa de Gestão – Por um Ministério Público Forte e Democrático relativo ao compromisso – biênio 2013-2015.

**3ª Edição:** RA/MP 3 - Nordeste I, RA/MP 4 - Nordeste II e RA/MP 5 - Nordeste III.

Além das demandas administrativas das Promotorias de Justiça, também foram tratados assuntos relacionados com o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), veículos, promoção por merecimento e antiguidade, isonomia entre servidores, nova divisão dos Polos e remoção de servidores.

Foi informado que a divisão administrativa em 10 regiões era adequada para o ano de 2003, não mais atendendo à realidade atual. Dessa forma, o Colégio de Procuradores de Justiça, após estudo técnico feito pelos Centros de Apoio Operacional, aprovou a criação de mais 5 Regiões Administrativas, passando então o MP do Pará a dispor de 15 Regiões Administrativas com os respectivos Polos. Essa divisão administrativa vai possibilitar o aprimoramento da atuação da Instituição, pois condiz com a realidade atual do Estado. Também viabilizará a assinatura de um Protocolo de Intenções entre o

MPE e o MPF, visando à atuação conjunta de Promotores de Justiça e Procuradores da República no projeto "Ministério Público pela Educação" (MPEDUC), priorizando os municípios e/ou escolas que apresentarem os mais baixos índices de desenvolvimento da educação básica (Ideb).

**4ª Edição:** RA/MP 03 - Nordeste I e RA/MP 2 - Belém II.

Na visita às Promotorias de Justiça da Região Administrativa Nordeste I foram apresentadas as seguintes solicitações: criação de novos cargos de Promotoria de Justiça; adequação dos espaços físicos existentes; aumento do número de vagas de estagiários de nível médio; aquisição de novas mobílias e equipamentos de informática; cursos de capacitação para servidores e estagiários; utilização de suprimentos de fundos; locação de veículos; solução para problemas enfrentados com a internet; e instalação de cerca e alarmes.

Além das demandas, foram apresentados pelo Procurador-Geral os projetos para construção do novo prédio da Promotoria de Justiça de Santa Izabel, criação do cargo comissionado de Assessor Jurídico para as Promotorias de Justiça de 2ª Entrância e estagiário de pós-graduação.

**5ª Edição:** RA/MP 10 - Sudeste II

Solicitação de implantação de cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de 2ª Entrância; disponibilização de policial militar para a segurança das Promotorias de Justiça que atuam no combate ao crime organizado; adequação de espaço físico; solicitação de estudo para descentralização do almoxarifado nos Polos Administrativos; disponibilização de mobiliário e equipamento de informática; solução para problemas de internet; necessidade de programa para cadastramento de processos; locação de veículo ou conserto dos existentes; possibilidade de pagamento de plantão nos recessos (auxiliar de administração); e celular funcional para todos os Promotores de Justiça.

O Procurador-Geral de Justiça apresentou o projeto de construção da nova sede da Promotoria Justiça de São Félix do Xingu, comprometendo-se, junto com os diretores, a elaborar regulamentação para uso dos veículos de forma compartilhada e estudo sobre a situação da autonomia dos polos na aquisição de material de expediente.

**6ª Edição:** RA/MP 06 - Tocantins

Solicitação de criação e redistribuição dos cargos da PJ de Barcarena; Disponibilização de 1 Psicólogo para a sede do Polo; Substituição dos equipamentos de informática (NoBreaks); criação do cargo de Assessor de Promotoria; instalação do 2º cargo de Promotor de Justiça para o município de Moju; reparos no prédio da promotoria de Moju e disponibilização de mobiliário e mais um servidor; necessidade de contratação de empresa para prestação do serviço de internet para Baião e troca do mobiliário; o servidores do polo solicitaram a aprovação do PCCR, reforma geral no prédio da Abaetetuba, elaboração de novo layout.

**7ª Edição:** RA/MP 13 – Sudoeste I

Disponibilização de profissionais para formação de uma câmara técnica especializada, necessidade de elaboração de um manual de improbidade, criação do grupo de segurança pública, fortalecimento do GAECO nos interiores do Estado, necessidade de estruturação da PJ de Anapu, cessão de policial militar para Altamira, agilizar a movimentação na carreira, terceirizar o serviço de limpeza, conserto da central telefônica e alguns equipamentos de informática de Altamira; necessidade de prover os municípios com novos promotores de justiça

**8ª Edição:** RA/MP 02 – Belém II

Disponibilização de profissionais para formação de uma câmara técnica especializada, organização de cursos de pós-graduação aos membros; conserto do sistema de alarme de Benevides; criação de 3 cargos de PJ em Ananindeua, criação do cargo de Assessor de Promotor, reforma no prédio de Ananindeua, conserto do relógio de ponto.